

O estado da arte sobre as juventudes, as vulnerabilidades e as violências: o que as pesquisas informam?

The State-of-the-Art on youth, vulnerabilities, and violence: what do surveys tell us?

Beatriz Akemi Takeiti^a

 <https://orcid.org/0000-0003-2847-0787>

E-mail: biatakeiti@medicina.ufrj.br

Monica Villaça Gonçalves^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8090-9884>

E-mail: movillaca@gmail.com

Suellen Pataro Alves Santos de Oliveira^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6658-2467>

E-mail: suellenpataro@hotmail.com

Tatiane da Silva Elisiario^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8232-2200>

E-mail: t.tatiane@ymail.com

^a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências da Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

Estudos sobre as juventudes na interface das vulnerabilidades e violências já se constituem um *corpus* de conhecimento considerável no Brasil e na América Latina. Este levantamento objetiva identificar e descrever as publicações produzidas sobre juventude, vulnerabilidade e violência nas áreas da saúde e das ciências humanas e sociais. Trata-se de uma revisão bibliográfica de artigos produzidos no período de 2006 a 2018. O levantamento bibliográfico focalizou artigos indexados nas bases de dados: Directory of Open Access Journals, Cengage, Dialnet, Scopus e Web of Science, todas inseridas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram incluídos 191 artigos, sendo 128 da área de ciências da saúde e 63 da área de ciências humanas e sociais. Para a análise dos dados, os artigos foram agrupados em dois campos temáticos: territórios das vulnerabilidades e violências juvenis, e fatores de risco e proteção às violências. As evidências deste levantamento nos permitem apontar que a temática juventude-adolescência abordada por essas áreas de conhecimento ainda expressa uma perspectiva problematizadora. Tais estudos, ao abordarem a juventude na interface com as vulnerabilidades e violências, o fazem quase sempre pelos problemas que ela apresenta, como objeto de falha ou anomia nos modos de ser e viver esta etapa da vida.

Palavras-chave: Juventude; Vulnerabilidade; Violência; Estado da Arte.

Correspondência

Beatriz Akemi Takeiti

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências da Saúde.
Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, s/n, bloco k, sala 17. Rio de Janeiro,
RJ, Brasil. CEP 21941-617.

Abstract

Studies on youth at the interface between vulnerabilities and violence already constitute a considerable corpus of knowledge in Brazil and Latin America. This bibliographic review identifies and describes articles published from 2006 to 2018 on youth, vulnerabilities, and violence in the fields of health and humanities and social sciences. The search included articles indexed in the databases: DOAJ, Cengage, Dialnet, Scopus, and Web of Science, all available at the CAPES periodical portal. A total of 192 articles were included: 132 from the health sciences and 60 from the humanities and social sciences. The articles were grouped into two thematic fields: territories of youth vulnerabilities and violence, and risk and protective factors against violence. Our results show the subject of youth and adolescence in the fields of knowledge is still addressed by problematic perspectives. When addressing the interface between youth vulnerabilities and violence, these fields often depict the problems arisen from this subject as an object of failure or anomie in the ways of being and living this stage of life.

Keywords: Youth; Vulnerability; Violence; State-of-the-Art.

Introdução

A literatura sobre as juventudes, vulnerabilidades e violências já conta com uma produção considerável no Brasil e na América Latina, sobretudo os estudos que focam nas experiências e vivências juvenis que se dão no contexto das periferias e favelas das metrópoles brasileiras (Takeiti; Vicentin, 2015). Esta temática tem sido objeto de estudo e análise, em grande parte, a partir de revisões mais sistematizadas ou na forma de estados da arte (Alvarado; Vommaro, 2010; Minayo; Souza, 2003; Spósito, 2009), porque problematizam como a juventude urbana e pobre tem sido tratada e pensada academicamente. Takeiti e Vicentin (2015) discutem como as pesquisas têm tratado as juventudes a partir de aspectos sempre problemáticos ou resolutivos, traduzindo-as como um campo que necessita ser aprofundado sob diferentes olhares e perspectivas.

Neste sentido, os estudos do tipo “estados da arte” apoiam pesquisadores na identificação do que se conhece sobre as juventudes e suas lacunas e, assim, direcionam para a realização de novas pesquisas. Para Dayrell e Carrano (2009), os estados da arte têm sido um esforço sistemático de inventariar e descrever para conhecer e, ainda, “fazer um balanço” daquilo que foi produzido em um determinado tempo e lugar. A confiabilidade deste tipo de pesquisa necessita, desta forma, de um claro recorte do universo a ser investigado, de fontes disponíveis e da análise dos dados obtidos (Davies, 2007) e, sobretudo, da pergunta do que se pretende conhecer.

Por se tratar de uma temática complexa e ampla, em que os estudos sobre a juventude tendem a tratar os jovens a partir de distintas perspectivas, este levantamento contribui para problematizar os modos como temos olhado e direcionado as percepções em relação a ela na atualidade e nos apoia no sentido de favorecer políticas públicas que atendam as reais necessidades desta população.

Pressupostos metodológicos

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo estado da arte da produção de conhecimento na literatura nacional e internacional sobre o tema no período de 2006 a 2018. O levantamento bibliográfico focalizou artigos indexados nas bases de dados Directory of Open Access Journals, Cengage, Dialnet,

Scopus e Web of Science, do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além disto, tal escolha buscou acompanhar as consistentes revisões do tipo estado da arte já publicadas sobre juventudes, vulnerabilidades e violências (Alvarado; Vommaro, 2010; Minayo; Souza, 2003; Spósito, 2009), podendo com estes trabalhos dialogar, adotando padrões similares e/ou complementares para a definição do nosso *corpus*.

Fixamos como recorte temporal o período de 2006 a 2018, que nos possibilitou dialogar com a produção realizada anteriormente (1998-2008) e com outros estudos de revisão, como os de Spósito (2009), Minayo e Souza (2003), Takeiti e Vicentin (2015).

A pesquisa levantou artigos das áreas das ciências da saúde e das ciências humanas e sociais. Elegemos, para a busca dos artigos no Portal de Periódicos da Capes, sete descritores controlados (DeCS): adolescência, adolescente, juventude, jovem, violência, vulnerabilidade e risco, e realizamos a seguinte busca booleana: [adolescência OR adolescente OR juventude OR jovem] AND [vulnerabilidade OR risco] AND violência.

Foi criado um protocolo de registro das obras identificadas composto pelas seguintes informações: título do estudo, ano de publicação, base de dados pesquisada, autor, tipo de estudo, palavras-chave, abordagem da pesquisa (quantitativa, qualitativa ou mista), objetivo(s), temática, resumo.

Como critério de inclusão, definimos: artigos publicados que abordassem o tema juventude, vulnerabilidade e violência no título, resumo ou palavra-chave, inseridos nos dois campos de conhecimento selecionados (área da saúde e ciências humanas e

sociais) no período compreendido entre 2006 a 2018; em inglês e português. Foram excluídos do levantamento artigos escritos em outra língua que não as definidas por este estudo; que não tratassem do tema juventude, vulnerabilidade e violência; e que estivessem fora do período compreendido.

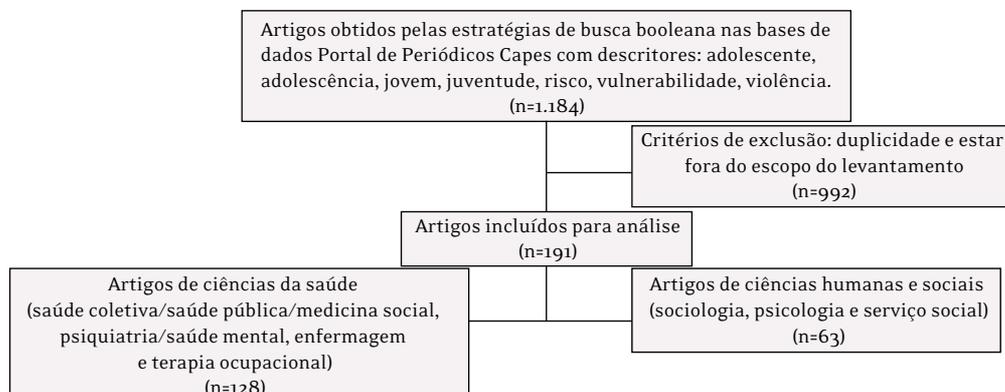
Para a análise do material levantado, passamos a categorizar os artigos conforme a temática abordada (Bardin, 2016). Esta categorização se deu após a leitura dos títulos, palavras-chave e resumo, selecionando 12 categorias, a saber: violência doméstica ou intrafamiliar; *bullying*/discriminação; mortalidade/homicídio juvenil; violência urbana e determinantes sociais; gravidez na adolescência e juventude; uso de álcool e outras drogas; prevenção à violência; metodologia de intervenção; políticas públicas para a juventude; saúde mental na adolescência; vulnerabilidades sociais; sexualidade/gênero. Quando os resumos não eram claros, lia-se o artigo na íntegra.

Resultados

A pesquisa se dividiu em duas partes, na primeira foram levantados 1.184 trabalhos científicos e excluídos 992 em virtude da duplicidade e por estes estarem fora do escopo do levantamento. Foram incluídos para esta análise 191 artigos, sendo 128 da área de ciências da saúde e 63 da área de ciências humanas e sociais, conforme fluxograma da Figura 1.

Para facilitar a análise dos dados, os artigos foram agrupados em dois campos temáticos - territórios das vulnerabilidades e violências juvenis, e fatores de risco e proteção às violências -, conforme o Quadro 1.

Figura 1 – Fluxograma da busca pelos artigos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Quadro 1 – Produção científica brasileira sobre juventudes, vulnerabilidades e violências no período de 2006 a 2018 por temáticas abordadas

1. Territórios das vulnerabilidades e violências juvenis		
Campos temáticos abordados nos trabalhos	Ciências da saúde	Ciências humanas e sociais
1.1 Violência doméstica ou intrafamiliar	<p>Azambuja, 2006 (<i>Rev. Virtual Textos & Contextos</i>) Bordin et al., 2006 (<i>Rev. Brasileira de Psiquiatria</i>) Sullca; Schirmer, 2006 (<i>Rev. Latino-Americana de Enfermagem</i>) Audi et al., 2008 (<i>Rev. de Saúde Pública</i>) Ayala et al., 2009 (<i>Rev. de Saúde Pública</i>) Oliveira et al., 2011 (<i>Rev. Brasileira de Saúde Materno Infantil</i>) Franzin; Franzin; Moysés, 2012 (<i>Colloquium Vitae</i>) Motta; Lise, 2012 (<i>Acta Scientiarum: Health Sciences</i>) Trabbold, 2012 (<i>Motricidade</i>) Abranches; Assis; Pires, 2013 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Barros et al., 2013 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Deslandes; Mendes; Luz, 2014 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Oliveira et al., 2014a (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Deslandes et al., 2016 (<i>Interface: Comunicação, Saúde, Educação</i>) Montezuma; Pereira; Melo, 2017 (<i>Physis</i>)</p>	<p>Habigzang et al., 2008 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Silva; Neto; Cabral, 2009 (<i>Psicologia em Estudo</i>) Costa et al., 2011 (<i>Avances en Psicología Latinoamericana</i>) Habigzang; Ramos; Koller, 2011 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Paludo; Schiro, 2012 (<i>Estudos de Psicologia</i>) Patias; Siqueira; Dias, 2012 (<i>Educação e Pesquisa</i>) Schaefer; Rossetto; Kristensen, 2012 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Costa; Fortunato-Costa, 2013 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales</i>) Irigaray et al., 2013 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Relva et al., 2014 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Relva; Alarcão; Fernandes, 2014 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Pasian et al., 2015 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Hildebrand et al., 2015 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Maia et al., 2017 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>)</p>
1.2 Bullying/ discriminação	<p>Gómez et al., 2012 (<i>Hacia promoc. Salud</i>) Fonseca et al., 2012 (<i>Motricidade</i>) Silva et al., 2012 (<i>Trends Psychiatry Psychother</i>) Ribeiro et al., 2014 (<i>Acta Biomedica Brasiliensia</i>) Costa et al., 2015 (<i>Rev. de Saúde Pública</i>) Pigozi; Machado, 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Horta et al., 2018 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Oliveira et al., 2018 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p>	<p>Oliveira; Barbosa, 2012 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Silva et al., 2012 (<i>Trends Psychiatry Psychother</i>) Albuquerque; Williams; D'Affonseca, 2013 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>)</p>
1.3 Mortalidade/ homicídio juvenil	<p>Costa; Ludermir; Avelar, 2007 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Peres et al., 2008 (<i>Rev. Panamericana de Salud Publica</i>) Minayo; Constantino, 2012 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Peres et al., 2012 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Souza et al., 2012 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Martins, 2013 (<i>Rev. Brasileira de Enfermagem</i>) Rojas Cabrera, 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Moura et al., 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Costa et al., 2017 (<i>Physis</i>)</p>	<p>Câmara et al., 2007 (<i>Estudos de Psicologia</i>) Lolis, 2010 (<i>Semina: Ciências Sociais e Humanas</i>) Batista et al., 2016 (<i>Sociedade & Estado</i>) Salatiel, 2017 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud, Manizales</i>) Barros; Benicio, 2017 (<i>Rev. de Psicologia</i>)</p>

continua...

Quadro 1 – Continuação

1. Territórios das vulnerabilidades e violências juvenis		
Campos temáticos abordados nos trabalhos	Ciências da saúde	Ciências humanas e sociais
1.4 Violência urbana e determinantes sociais	<p>Oliveira et al., 2006 (<i>Rev. Katálysis</i>)</p> <p>Lopes et al., 2008 (<i>Saúde e Sociedade</i>)</p> <p>Cocco; Lopes, 2010 (<i>Rev. Gaúcha Enfermagem</i>)</p> <p>Castro; Cunha; Souza, 2011 (<i>Rev. de Saúde Pública</i>)</p> <p>Huculak; Mclennan; Bordin, 2011 (<i>Rev. Brasileira de Psiquiatria</i>)</p> <p>Melo; Barros; Almeida, 2011 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Moreira et al., 2013 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Oliveira et al., 2014b (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Procópio et al., 2014 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Souza et al., 2014 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Botelho; Moraes; Leite, 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Moura; Oliveira; Vasconcelos, 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Melo; Garcia, 2017 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p>	<p>Vieira; Cardoso; Guimarães, 2009 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>)</p>
2. Fatores de risco e de proteção às violências		
Campos temáticos abordados nos trabalhos	Ciências da saúde	Ciências humanas e sociais
2.1 Gravidez na adolescência e juventude	<p>Gontijo, 2007 (<i>Rev. Eletrônica de Enfermagem</i>)</p> <p>Pereira et al., 2010 (<i>Rev. de Psiquiatria Clínica</i>)</p> <p>Correia et al., 2011 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Melo; Coelho, 2011 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Pilleco; Knauth; Vigo, 2011 (<i>Cadernos de Saúde Pública</i>)</p> <p>Heilborn et al., 2012 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Xavier et al., 2013 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Miura; Tardivo; Barrientos, 2018 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p>	<p>Oliveira-Monteiro, 2010 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>)</p> <p>Farias; More, 2012 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>)</p> <p>Patias; Gabriel; Dias, 2013 (<i>Estudos e Pesquisas em Psicologia</i>)</p>
2.2 Uso de álcool e outras drogas	<p>Heim; Andrade, 2008 (<i>Rev. de Psiquiatria Clínica</i>)</p> <p>Wesselovicz et al., 2008 (<i>Acta Scientiarum Health Sciences - UEM</i>)</p> <p>Silva, 2010 (<i>Escola Anna Nery</i>)</p> <p>Souza et al., 2010 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Guzmán-Facundo et al., 2011 (<i>Rev. Latino-Americana de Enfermagem</i>)</p> <p>Rozin; Zagonel, 2012 (<i>Acta Paulista de Enfermagem</i>)</p> <p>Veloso; Monteiro, 2013 (<i>Rev. Latino-Americana de Enfermagem</i>)</p> <p>Backes et al., 2014 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Nascimento; Micheli, 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Vieira et al., 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Paula et al., 2017 (<i>Rev. de Saúde Pública</i>)</p> <p>Hallal et al., 2017 (<i>Cadernos de Saúde Pública</i>)</p> <p>Carvalho et al., 2017 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p> <p>Dallo; Martins, 2018 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)</p>	<p>Venturi, 2017 (<i>Tempo Social</i>)</p> <p>Silva; Menezes, 2016 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales</i>)</p>

continua...

Quadro 1 – Continuação

2. Fatores de risco e de proteção às violências		
Campos temáticos abordados nos trabalhos	Ciências da saúde	Ciências humanas e sociais
2.3 Prevenção à violência	Machado; Silva, 2007 (<i>Rev. Aletheia</i>) Kappel et al., 2014 (<i>Interface: Comunicação, Saúde, Educação</i>) Deslandes; Campos, 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Vieira et al., 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Netto; Deslandes, 2016 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)	Brandão; Williams, 2009 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Alberto et al., 2012 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Nardi; Dell'aglio, 2012 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Dutra-Thome, 2017 (<i>Avances en Psicología Latinoamericana</i>)
2.4 Metodologia de intervenção	Lopes et al., 2011 (<i>Interface: Comunicação, Saúde, Educação</i>) Monteiro et al., 2011 (<i>Rev. de Enfermagem Referência</i>) Acosta; Amaya; Koller, 2013 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Sampaio et al., 2014 (<i>Interface: Comunicação, Saúde, Educação</i>) Iannelli; Assis; Pinto, 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Areas Neto; Constantino; Assis, 2017 (<i>Physis</i>)	Zaniol; Molin; Andreoli, 2007 (<i>Rev. de Psicología</i>) Broide, 2010 (<i>Rev. Psicología Política</i>) Jost, 2010 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Rossetti-Ferreira et al., 2012 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Grosso, 2015 (<i>Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales</i>) Nodari et al., 2016 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Gadea et al., 2017 (<i>Sociologias</i>) Gibbons; Poelker, 2017 (<i>Rev. de Psicología</i>) Oliveira; Souza-Santibañez, 2017 (<i>Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología</i>) Vinuto; Alvarez, 2018 (<i>Tempo social</i>)
2.5 Políticas públicas para a juventude	Vendruscolo; Ferriani; Silva, 2007 (<i>Rev. Latino-Americana de Enfermagem</i>) Costa et al., 2010 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Paixão; Deslandes, 2011 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Lopez; Moreira, 2013a (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Lopez; Moreira, 2013b (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Ribeiro et al., 2013 (<i>Investigación y Educación en Enfermería</i>) Acioli et al., 2018 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)	Gonzales; Guareschi, 2008 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales</i>) Costa; Ferreira, 2009 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Quintero, 2009 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales</i>) Moreno; Almeida, 2017 (<i>Rev. de Sociología e Política</i>) Barreiro; Malfitano, 2017 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud, Manizales</i>)
2.6 Saúde mental	Paula et al., 2008 (<i>Rev. de Saúde Pública</i>) Avanci; Assis; Oliveira, 2008 (<i>Caderno de Saúde Pública</i>) Souza; Silva-Abrão; Oliveira-Almeida, 2011 (<i>Rev. de Salud Pública</i>) Bontempo; Pereira, 2012 (<i>Rev. de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo</i>) Lima; Dias, 2014 (<i>Rev. Barbarói</i>) Braga; D'Oliveira, 2015 (<i>Interface: Comunicação, Saúde, Educação</i>) Fontes; Conceição; Machado, 2017 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Milhomens; Martins, 2017 (<i>Physis</i>) Teixeira; Couto; Delgado, 2017 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>)	Schneider; Ramires, 2007 (<i>Rev. Aletheia</i>) Benetti et al., 2010 (<i>Psico-USF</i>) Sá et al., 2010 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Teodoro; Cardoso; Freitas, 2010 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>) Ximenes et al., 2013 (<i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i>)

continua...

Quadro 1 – Continuação

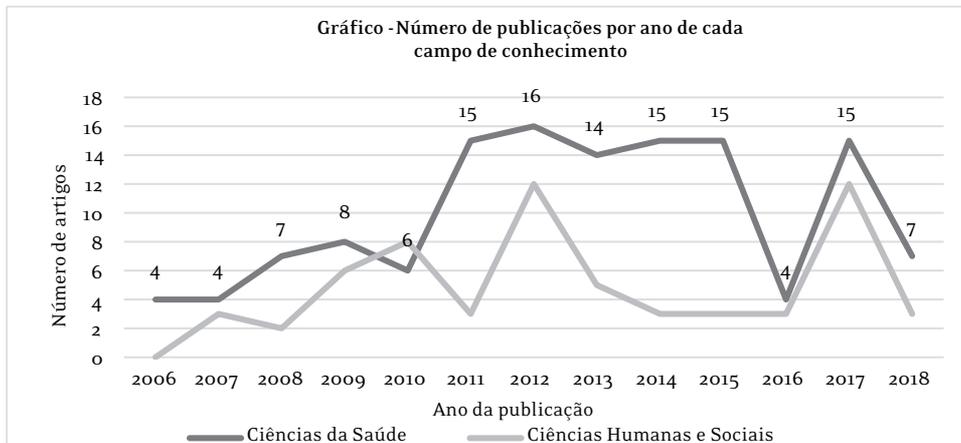
2. Fatores de risco e de proteção às violências		
Campos temáticos abordados nos trabalhos	Ciências da saúde	Ciências humanas e sociais
2.7 Vulnerabilidades	<p>Martins; Jorge, 2009 (<i>Acta Scientiarum. Health Sciences</i>) Polleto; Koller; Dell'aglio, 2009 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Farias Júnior et al., 2009 (<i>Rev. Panamericana de Salud Pública</i>) Jesus et al., 2011 (<i>Rev. Gaúcha Enfermagem</i>) Ruotti; Massa; Peres, 2011 (<i>Interface: Comunicação, Saúde, Educação</i>) Gontijo et al., 2012 (<i>Rev. Brasileira em Promoção da Saúde</i>) Malta et al., 2012 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Reis et al., 2013 (<i>Rev. Latino-Americana de Enfermagem</i>) Martins; Jorge, 2014 (<i>Acta Scientiarum. Health Sciences</i>) Moreira et al., 2014 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Morrison et al., 2014 (<i>Youth & Society</i>) Silva et al., 2014 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Di Leo; Pinheiro, 2017 (<i>Cadernos de Saúde Pública</i>) Moura et al., 2018 (<i>Rev. da Escola de Enfermagem da USP</i>)</p>	<p>Pacheco; Hutz, 2009 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Siqueira; Dell'aglio, 2010 (<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>) Silva; Silva, 2011 (<i>Saúde e Sociedade</i>) Gonzalez-Laurino, 2012 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales</i>) Morais; Raffaelli; Koller, 2012 (<i>Avances en Psicología Latinoamericana</i>) Moratilla-Olvera; Taracena-Rui, 2012 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud, Manizales</i>) Olivar, 2014 (<i>Rev. Artemis</i>) Di Leo; Camarotti, 2017 (<i>Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud, Manizales</i>) Figueiredo, 2017 (<i>Cadernos de Pesquisa</i>) Hernandez; Cardona-Arango, Segura-Arango, 2018 (<i>Rev. Latinoamericana de ciencias sociales niñez y juventude, Manizales</i>)</p>
2.8 Sexualidade ou gênero	<p>Cordeiro et al., 2009 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Ferreira; Gomes; Figueiredo, 2009 (<i>Motricidade</i>) Nascimento; Gomes, 2009 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Taquette; 2010 (<i>Rev. Saúde e Sociedade</i>) Paiva et al., 2011 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Baptista et al., 2012 (<i>Motricidade</i>) Souza et al., 2012 (<i>Motricidade</i>) Miranda et al., 2013 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Mora; Monteiro, 2013 (<i>Rev. Estudos Feministas</i>) Silva et al., 2013 (<i>Interface: Comunicação Saúde Educação</i>) Assis; Gomes; Pires, 2014 (<i>Rev. Saúde Pública</i>) Taquette; Rodrigues, 2015 (<i>Interface: Comunicação Saúde Educação</i>) Sasaki et al., 2015 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Cecchetto et al., 2016 (<i>Interface: Comunicação Saúde Educação</i>) Ferreira; Francisco; Nogueira, 2016 (<i>Rev. Panamericana de Salud Pública</i>) Alves et al., 2017 (<i>Rev. Brasileira em Promoção da Saúde</i>) Ceccon ; Meneghel, 2017 (<i>Physis</i>) Fontes et al., 2017 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Taquette et al., 2017 (<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>) Zanatta et al., 2018 (<i>Rev. de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online</i>)</p>	<p>Batista Rojas, 2018 (<i>Rev. de Estudios Sociales</i>)</p>

Em relação aos anos de publicação dos artigos, percebe-se um aumento significativo de produção no ano de 2011, tanto na área das ciências da saúde quanto nas ciências humanas e sociais. Nesta última, verifica-se um aumento no número de publicações no ano de 2009 e 2011. Já nas ciências da saúde, este aumento ocorreu

a partir de 2011 e se manteve até 2015. Em termos quantitativos, percebe-se um número considerável de publicações sobre o tema na área da saúde.

Destaca-se que os dados a respeito do ano de 2018 referem-se apenas ao período entre janeiro e setembro, quando a busca foi finalizada.

Figura 2 – Comparação do levantamento de artigos por campo de conhecimento e ano



Na Figura 2, percebe-se que na área da saúde, há uma prevalência de estudos no período de 2011 a 2015, e na área das ciências humanas e sociais o pico ocorre no ano de 2012 e, posteriormente, em 2017. Em 2010 é o único ano que em há mais estudos das ciências humanas e sociais do que da saúde.

Em relação às temáticas abordadas nos artigos das ciências da saúde, conforme a Figura 3, prevaleceu a categoria “sexualidade/gênero”, seguida por “violência doméstica/intrafamiliar”

e “uso de álcool e outras drogas”. Em menor frequência, os temas sobre “bullying/discriminação” e “gravidez na adolescência”.

Já nas ciências humanas e sociais, os temas mais abordados foram “violência doméstica/intrafamiliar”, seguida por “vulnerabilidades” e “metodologias de intervenção”. Em menor número, aparece a categoria “violência urbana/determinantes sociais”, “álcool e outras drogas” e “sexualidade/gênero”, conforme a Figura 4.

Figura 3 – Número de artigos por categoria – campo das ciências da saúde

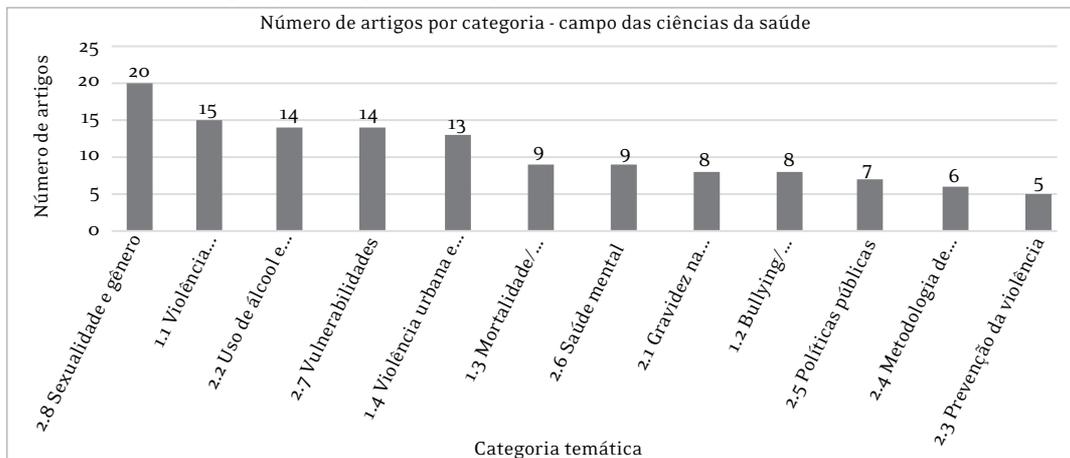
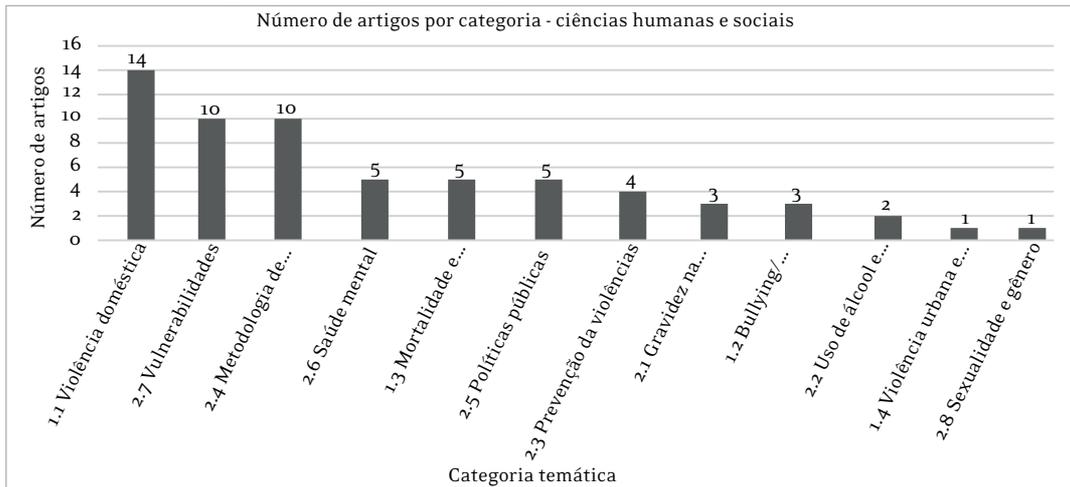


Figura 4 – Número de artigos por categoria – campo das ciências humanas e sociais

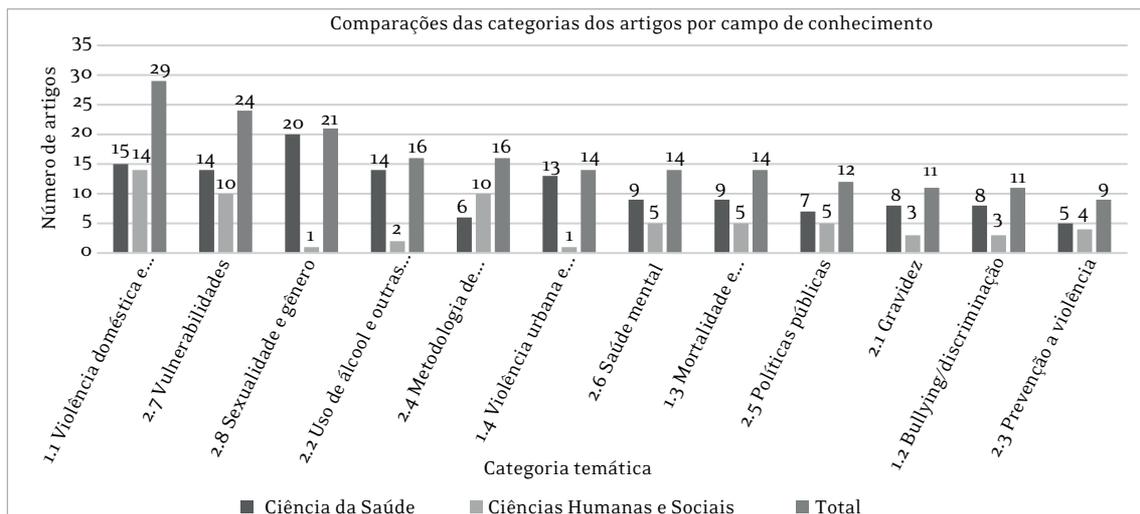


Ambas as áreas apresentam o tema da “violência doméstica e intrafamiliar” como problemática da área da adolescência e juventude, com um total de 29 publicações, seguido de “vulnerabilidade” com 24 publicações, “sexualidade/gênero” com 21 e “violência urbana/determinantes sociais”, com 14 estudos.

Ao comparar as áreas de conhecimento, percebe-se uma semelhança no trato de algumas temáticas, como “violência doméstica/intrafamiliar”, “vulnerabilidades”, “prevenção às violências” e

“políticas públicas”. Em contraponto, as categorias “sexualidade/gênero”, “violência urbana/determinantes sociais”, “álcool/outras drogas” foram temáticas abordadas com frequência pelo campo da saúde, apresentando uma discrepância em relação aos artigos das ciências humanas e sociais. A única categoria que teve mais artigos encontrados na ciências humanas e sociais foi “metodologia de intervenção”, com 10 pesquisas publicadas. Esses dados podem ser observados na Figura 5.

Figura 5 – Comparação do número de artigos por categoria nos dois campos de conhecimento



Discussão

Historicamente, a trajetória percorrida por crianças e adolescentes tem sido marcada por inúmeras situações de violência, referendada pelo próprio ordenamento jurídico. É somente a partir da Constituição Federal de 1988 que crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direitos, abrindo-se um novo cenário jurídico-institucional em que se reconhece os direitos de toda e qualquer criança e adolescente brasileiros e sua condição peculiar de desenvolvimento, devendo ter prioridade absoluta nos quesitos que lhes dizem respeito. Embora o ordenamento jurídico, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), priorize a primazia e garantia dos direitos desta população, na prática, ainda crianças e adolescentes sofrem inúmeras formas de violência.

Para a discussão, privilegiou-se analisar os estudos a partir dos subgrupos temáticos, independente da área de conhecimento em que a pesquisa estava vinculada. Esta organização por eixos e não por áreas favoreceu o conhecimento e aprofundamento de como determinadas temáticas têm sido tratada pelas pesquisas desenvolvidas.

Territórios das vulnerabilidades e violências juvenis

Violência doméstica ou intrafamiliar

Dentre as violências que atravessam a vida de adolescentes e jovens, destacamos neste estudo aquelas ocorridas no seio intrafamiliar. Considera-se a violência doméstica ou intrafamiliar aquela que ocorre no ambiente doméstico e tem como agressor o responsável pela criança e pelo adolescente. As pesquisas que tratam do tema quase sempre qualificam as agressões, tipificando-as em violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência. Além disso, torna-se preocupação dos estudiosos no campo da saúde estimar a prevalência da ocorrência da violência, seus efeitos na saúde mental e os fatores protetores que favorecem a prevenção da violência.

No campo das ciências humanas e sociais, tais estudos se direcionam para os aspectos psicológicas enfrentados no contexto da violência intrafamiliar

e de que forma os fatores de risco, tais como as vulnerabilidades sociais dadas as condições de falta de acesso às políticas públicas de saúde, educação, cultura, favorecem a ocorrência do fenômeno da violência. Parece consenso entre os autores que discutem tal temática que, ao abordar o fenômeno da violência doméstica e intrafamiliar, há que se pensar nas possibilidades de uma intervenção calcada na interprofissionalidade e intersetorialidade, com políticas públicas de enfrentamento e na garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Bullying/discriminação

O *bullying* praticado por crianças e jovens tem sido uma das formas de violência enfrentada no contexto escolar. Amplamente discutido entre profissionais da educação e da saúde, evidencia uma problemática que vem aumentando gradativamente, levando, muitas vezes, ao adoecimento de adolescentes e jovens. O *bullying* ou a discriminação compreende diferentes formas de agressão, proposital e repetida, adotada por um ou mais sujeitos, em relação desigual de poder (Fonseca et al., 2012). Poucos estudos abordam tal temática em ambas as áreas. As pesquisas apontaram associações entre *bullying* e o transtorno de estresse pós-traumático, principalmente no contexto escolar.

Estes estudos indicam a necessidade de priorizar estratégias de prevenção do *bullying* nas instituições de ensino. Assim, conhecer a prevalência, investigar fatores de risco e proteção associados a comportamentos agressivos nas vítimas favorece aos profissionais definirem estratégias que contribuam para minimizar sofrimentos e maximizar seu controle.

Mortalidade/homicídio juvenil

Os dados apresentados no último Atlas da Violência, publicado em 2018 (Cerqueira et al. 2018) reafirmam os levantamentos anteriores: a vitimização por homicídios no Brasil ainda recai, prioritariamente, entre jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, do sexo masculino, negros e residentes em áreas de risco e vulnerabilidade. Estes jovens, segundo Barros e Benício (2017), são considerados os “indignos de vida”, a quem se atribui a pecha de “envolvidos”. Em 2016, no Brasil, foram assassinados 33.590 jovens, sendo 94,6% do sexo masculino.

Este crescimento dos dados já foi apontado em vários estudos, cujas regiões Sudeste e Nordeste do país apresentam as maiores incidências e prevalências. Isto está atrelado tanto aos estratos sociais mais desfavorecidos destes jovens, indicando uma clara relação entre desenvolvimento socioeconômico, violência policial e encarceramento; ou seja, o controle da taxa de desemprego e sua redução para a população jovem são fatores que explicam melhor a redução dos níveis de homicídios do que as ações de segurança pública. Batista et al. (2016) ainda afirmam que a estrutura e organização da segurança pública associada à fragilidade das ações socioassistenciais, especialmente na região metropolitana de Brasília, influenciam a dinâmica dos homicídios juvenis. Estudos comparativos entre países da América do Sul, como os realizados por Minayo e Constantino (2012) e Rojas Cabrera (2015), também apontam similaridades na questão da mortalidade juvenil, e que as mudanças nos sistemas sociais ocorrem a partir de ações coordenadas e persistentes que articulam investimentos econômicos, sociais e educacionais com medidas para prevenir e coibir os homicídios que historicamente apresentam impacto negativo.

Violência urbana e determinantes sociais

Refletir e debater sobre a violência, particularmente a urbana e seus determinantes sociais, pode dar apoio à tomada de medidas preventivas e promocionais, para coibi-la ou agir quando ela ocorre. É preciso desconstruir a ideia de uma cultura do medo e da figura estigmatizada da juventude pobre urbana como aquela responsável pelas altas taxas de violência urbana, como aponta Oliveira et al. (2006), e marcar que a violência urbana não está atrelada apenas às questões de ordem física. É preciso debater os determinantes que concorrem para que ela apareça, como as situações de vulnerabilidade, as carências socioeconômicas, a ausência de uma rede de suporte, de cuidado e solidariedade, e a ineficiência das políticas públicas. No entanto, sabemos que a falta de oportunidades associada a baixa escolaridade e perspectivas de futuro de pouco alcance podem levar alguns jovens a entrarem no crime. Alguns estudos, como de Lopes et al. (2008), propõem como estratégia de

enfrentamento a situações de vulnerabilidades e violências, intervenções calcadas na educação e na defesa dos direitos decorrentes da cidadania, através de oficinas de atividades em que os jovens possam se expressar, reelaborar conceitos e atuar como agentes promotores de vida em sua própria coletividade; além disso, devemos nos ater às políticas públicas previstas pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) como parâmetro legal, como afirma Melo e Garcia (2017).

Fatores de risco e de proteção às violências

Gravidez na adolescência

Com relação a gravidez na adolescência, os estudos investigaram a temática a partir de jovens que viviam em situação de vulnerabilidade. Algumas hipóteses atestam para a correlação entre gravidez na adolescência e baixa renda: primeiro, o fato de as pesquisas serem realizadas em serviços públicos de saúde e, segundo, que o acesso ao público participante da pesquisa torna-se mais facilitado. Outros autores apontam dentre os fatores protetores para a gravidez na adolescência: a maior responsabilidade em suas vidas reprodutivas; reformulação dos projetos de vida; busca de alternativas e ajudas à situação de vulnerabilidade vivida; maior valorização dos estudos, apesar da dificuldade em dar continuidade a eles; a manutenção de um relacionamento com o pai da criança, que confere maior estabilidade à mãe. Importante ressaltar que, em muitos casos, a gravidez na adolescência não é consequência de uma ação equivocada, mas sim resultado de um planejamento consciente.

Uso de álcool e outras drogas

O uso de álcool e outras drogas por adolescentes e jovens é um problema social e de saúde pública mundial. Devido à sua grande visibilidade e consequências econômicas e sociais, tal temática tem tido grande destaque tanto pelos meios de comunicação em massa quanto pelas investigações de cunho científico.

Percebe-se que a abordagem em relação ao uso de álcool e drogas por jovens tem sido um objeto de estudo prioritário nas ciências da saúde, sendo que apenas uma publicação da área de ciências humanas e sociais abordou essa temática.

Nesta revisão, encontra-se um grande número de artigos que abordam a temática do uso específico de álcool por adolescentes. As publicações destacam o álcool como uma droga amplamente utilizada pelos jovens e que acarreta diversos efeitos prejudiciais, especialmente nessa fase da vida. Por ser uma substância cultural e socialmente aceita, o acesso a bebidas alcoólicas por adolescentes, apesar de sua proibição, é facilitado, sendo inclusive realizado junto a seus familiares. Os meios de comunicação em massa têm relevante participação no uso, o que acarreta uma lacuna no que se refere às políticas públicas preventivas ao uso de álcool, sendo estas mais comumente voltadas à questão das substâncias ilícitas. Facilidade de acesso, influência dos amigos, local de moradia, relação com a violência, socialização e alívio de sentimentos negativos são alguns dos motivos apontados pelas pesquisas como desencadeadores de dependência química e associadas ao uso constante de álcool.

Apesar de não haver um consenso nas publicações acerca dos fatores pré-dispositivos ao uso de álcool e outras drogas, em comum, as publicações indicam a necessidade de ações preventivas em diferentes âmbitos: escola, estratégia de saúde da família, serviços de atenção básica e outros equipamentos territoriais, assim como o uso de metodologias ativas e participativas, que considerem relações de vínculos com os adolescentes, construídas em parceria com os diferentes atores, e voltem-se também para a família como um todo e não apenas para os jovens.

Prevenção da violência

A prevenção e o enfrentamento das diversas formas de violência na adolescência e juventude são um processo complexo, no qual diversos fatores influem, tanto no âmbito individual quanto coletivo, devendo ser considerados, portanto, os contextos comunitários e sociais do adolescente.

O enfrentamento dessas situações deve ser articulado entre diferentes atores, instituições e serviços que perpassam a vida dos adolescentes, ou seja, é preciso a articulação de um trabalho em rede. Entende-se rede de proteção o conjunto de agentes e serviços, governamentais ou não, que funcionam em conjunto, através de ações articuladas com um mesmo

objetivo: garantir os direitos de uma determinada população (Faleiros, 2001). Para Deslandes e Campos (2015, p. 2175), essa rede de enfrentamento que inclui ações e serviços de diferentes setores, como assistência social, segurança, justiça e saúde, tem como objetivo o “desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção; de políticas que garantam o empoderamento das pessoas em situação de violência e seus direitos humanos; a responsabilização dos agressores; e, a assistência qualificada”.

O trabalho em rede, para a sua efetivação, requer algumas estratégias, como a identificação dos serviços e atores que a compõem, a criação de vínculos entre esses agentes, o compartilhamento dos procedimentos e criação coletiva de estratégias de ação, a continuidade de ações, o envolvimento da família enquanto uma rede social de apoio. A articulação entre serviços de proteção social, educação e saúde também é essencial nesse processo, assim como o investimento na formação e atualização dos profissionais que atuarão nesses serviços.

Metodologias de intervenção

Com relação às metodologias de intervenção para a adolescência e juventude, encontram-se publicações que se utilizam dos mais diferentes referenciais: desde os pressupostos da educação dialógica de Paulo Freire, passando pela fenomenologia até a psicanálise. Diversidades de saberes, acadêmicos ou não, também são bem-vindos na composição e reflexão de práticas com a juventude, sendo necessário os diálogos inter e transdisciplinares.

Ressalta-se que atividades dialógicas que propiciem uma relação de igualdade entre jovens e profissionais, utilizando recursos que aproximem e favoreçam as relações de vínculos, como as oficinas de atividades e as rodas de conversa tem apresentado resultados positivos para a abordagem de diferentes temáticas relacionadas ao universo juvenil (sexualidade, violência, saúde, uso de álcool e drogas, relações com a escola, com a família etc.) e em diferentes espaços (de educação, de saúde, de convivência, entre outros).

Abordagens individuais também aparecem enquanto possibilidades, tanto em espaços institucionais como em dispositivos territoriais, sendo propostas de trabalho com as subjetividades

individuais dos adolescentes, para ressignificar suas vidas, suas relações com os outros e seus desejos.

A articulação da rede enquanto uma metodologia de intervenção também merece destaque, pois torna-se essencial para a efetividade de qualquer ação proposta, embora, muitas vezes, estas ainda apresentem falhas e necessitem de maior investimento.

Políticas públicas para a juventude

As publicações brasileiras que tratam das políticas públicas para a juventude destacam a importância da Constituição Federal de 1988 e da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) como marcos legais importantes. Ressalta-se a mudança do paradigma das crianças enquanto sujeitos de tutela para o entendimento das crianças e adolescentes enquanto sujeito de direitos, assim como a doutrina da proteção integral.

Aparecem como destaque as políticas protetivas específicas, como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária em publicações que se debruçam sobre a institucionalização de crianças e adolescentes; o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual no território nacional, nas investigações relacionadas à questão da violência sexual e exploração sexual comercial; a Política Nacional de Redução da Morbidade e Mortalidade por Acidentes e Violência, em estudos sobre as relações entre políticas de saúde e violência; e a Política Nacional de Atendimento Integral à Saúde do Adolescente e do Jovem, em um estudo em que ela mesma foi objeto de análise, tomando como base uma leitura de gênero. Destaca-se a “Declaração sobre os Direitos da Criança (1923), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Segunda Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Declaração de Viena (1993)” (Alberto et al., 2012, p. 134) como documentos da agenda internacional que estabelecem parâmetros para a proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Importante ressaltar que, apesar do uso do descritor juventude na busca, apenas uma

publicação (Barreiro; Malfitano, 2017) faz referência ao Estatuto da Juventude (Brasil, 2013).

Saúde mental

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, transtornos mentais e comportamentais são comuns durante a infância e adolescência, atingindo cerca de 20% da população nessa faixa etária (WHO, 2003). Transtornos de saúde mental na infância e na adolescência podem trazer consequências negativas a curto e longo prazo nas trajetórias de desenvolvimento dos indivíduos, considerando que são fases de desenvolvimento social, cognitivo e psicológico.

A preocupação com a saúde mental infanto-juvenil no cenário nacional destaca a necessidade de ações voltadas para a prevenção e reversão da institucionalização dessas crianças e adolescentes. Com isso, não são raros os estudos a respeito dessa temática, com objetivo de subsidiar as discussões para implementação de diretrizes de políticas públicas, programas preventivos e de atendimento.

Percebe-se o interesse dos estudos em investigações a respeito de fatores de proteção e risco à saúde mental no âmbito escolar ou de forma geral em determinado município ou região. A preocupação com a identificação de fatores de risco e proteção também foi encontrada em revisões de literatura que buscaram relacionar violência e saúde mental de crianças e adolescentes. Dentre esses fatores, há uma preocupação a respeito da relação com os pais, e relacionados à situação econômica coletiva e de exposição à violência comunitária.

Percebe-se que as pesquisas de campo encontradas neste tema são, na maioria das vezes, de abordagem quantitativa, com utilização de instrumentos padronizados de avaliação, sendo indicado, portanto, que se busque fazer essas avaliações por outra ótica, com abordagens qualitativas que possam complementar os dados encontrados.

Apenas duas publicações fazem estudos que relacionam as políticas de saúde mental brasileiras nascidas do movimento de reforma psiquiátrica e suas articulações no caso da saúde mental infanto-juvenil.

Nota-se que a preocupação com a saúde mental de crianças e adolescentes tem sido foco de estudiosos

prioritariamente no âmbito da saúde, de forma geral, e nas ciências humanas, da psicologia. Não foram identificados estudos de abordagens sociológicas ou do serviço social sobre esse tema. Essas abordagens seriam importantes para possibilitar um outro olhar a respeito da saúde mental, desestigmatizando o sofrimento que ainda é considerado uma questão individual, mas entendendo-o como um aspecto da vida social e coletiva contemporânea.

Vulnerabilidades

A vulnerabilidade, enquanto noção conceitual, aparece, junto ao conceito de exclusão, como categoria quase que autoexplicativa, conforme aponta Spósito (2009), pois estas, ao serem identificadas enquanto determinantes sociais para as condições de vida, acabam por desconsiderarem a compreensão dos singulares modos de vida e das experiências cotidianas da juventude (Takeiti; Vicentin, 2015). Vulnerabilidade e risco são ora tidos como sinônimos, ora determinando situações diversas, tais como situações de mendicância, pobreza, trabalho e prostituição infantil, maternidade e paternidade na adolescência, sobrecarga de papéis da progenitora, consumo de álcool/drogas, conflitos familiares e mortes por causa externa. As abordagens nos estudos da saúde tematizam a questão das vulnerabilidades e risco para os eventos estressores motivados pelos próprios jovens/adolescentes e para os determinantes sociais e culturais que concorrem para as situações de risco.

Estudos de ambas as áreas apontam para necessidades de participação de todos os segmentos sociais, instâncias executivas e legislativas na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas como um desafio para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades e risco para adolescentes e jovens brasileiros.

Sexualidade e gênero

A sexualidade e as identidades de gênero tornam-se questões sociais a serem debatidas e refletidas não apenas pelo campo da saúde, mas, sobretudo, por todos aqueles que se debruçam na construção de saberes sobre as adolescências e juventudes. Neste levantamento, fica evidente nas pesquisas a preocupação de como os adolescentes e jovens

lidam com a sexualidade, restringindo o debate para as questões que envolvem a iniciação sexual e os sentidos atribuídos a este por determinado segmento populacional.

Os estudos no campo da saúde, ao tematizar a sexualidade e as questões de gênero entre adolescentes, problematizam a partir dos problemas enfrentados pelos jovens no que se refere à gravidez precoce, às vulnerabilidades a doenças sexualmente transmissíveis e à Aids e os riscos da transgêneridade para a ocorrência de tais doenças. Nenhum estudo aponta a sexualidade como modo de se viver, de se conhecer ou de se relacionar socialmente. Ainda, há uma maior preocupação dos pesquisadores em estabelecer uma relação entre a sexualidade e o recorte de classe social. A maioria dos estudos levantados é feita com adolescentes pobres, como se os problemas apontados denotassem apenas a determinados segmentos sociais. Apenas o estudo de Bautista Rojas (2018) procurou analisar a diversidade sexual entre adolescentes do sexo masculino em uma comunidade indígena do México. Neste estudo, o pesquisador conclui a necessidade de construção de identidades diversas para lidar com as vulnerabilidades de jovens que vivem cotidianos marcados por opressões culturais e sociais.

Considerações finais

As evidências deste levantamento nos permitem apontar que a temática juventude-adolescência pelas áreas de conhecimento - saúde e ciências humanas e sociais - ainda expressam uma perspectiva problematizadora. Tais estudos, ao abordarem a juventude na interface com as vulnerabilidades e violências, o fazem quase sempre pelos problemas que ela apresenta, como objeto de falha ou anomia nos modos de ser e viver esta etapa da vida.

Embora a temática seja relevante para todo e qualquer campo de conhecimento, neste estudo, a área da saúde apresentou, numericamente, uma expressiva quantidade de artigos em relação ao campo das ciências humanas e sociais. Isto evidencia que pesquisadores de diferentes áreas estão produzindo conhecimento sobre as juventudes, em diferentes perspectivas teóricas e diversos modos de compreender o universo jovem. Tais estudos, ao

conceberem certas particularidades da vivência juvenil, contribuem para identificar como as áreas de conhecimento aqui selecionadas dialogam com as experiências e singularidades juvenis na contemporaneidade.

Referências

ALBERTO, M. F. P. et al. Os agentes sociais da rede de proteção e atendimento no enfrentamento da exploração sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 130-138, 2012.

ALVARADO, S. V.; VOMMARO, P. A. (Comp.). *Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas*. Rosario: Homo Sapiens, 2010.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARREIRO, R. G.; MALFITANO, A. P. S. Política brasileira para a juventude: a proposta dos Centros da Juventude. *Revista latinoamericana de ciencias sociales niñez y juventud*, Manizales, v. 15, n. 2, p. 1111-1122, 2017.

BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. S. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, Lima, v. 8, n. 2, p. 34-43, 2017.

BATISTA, A. S. et al. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. *Sociedade & Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 433-457, 2016.

BAUTISTA ROJAS, E. Reflexiones acerca de la diversidad sexual entre jóvenes indígenas en México. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, DC, n. 63, p. 100-109, 2018.

BENETTI, S. P. C. et al. Problemas de saúde mental na adolescência: características familiares, eventos traumáticos e violência. *Psico-USF*, Itatiba, v. 15, n. 3, p. 321-332, 2010.

BORDIN, I. A. S. et al. Punição física grave e problemas de saúde mental em população de crianças e adolescentes economicamente

desfavorecida. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 290-296, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563.

BRASIL. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília, DF, 2013.

CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2018.

CORREIA, D. S. et al. Prática do abortamento entre adolescentes: um estudo em dez escolas de Maceió (AL, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2469-2476, 2011.

COSTA, D. H. et al. Homicídios de jovens: os impactos da perda em famílias de vítimas^{1,2}. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 685-705, 2017.

DAVIES, P. Revisões sistemáticas e a Campbell Collaboration, In: THOMAS, G.; PRING, R. (cols.). *Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica*. Porto Alegre: ArtMed, 2007. p. 31-43.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). In: SPÓSITO, M. P. (Coord.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1, p. 7-10.

DESLANDES, S. F.; CAMPOS, D. S. A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p. 2173-2182, 2015.

FALEIROS, V. P. *Estratégias em serviço social*. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2001.

FONSECA, M. H. et al. *Bullying: forma de violência e exclusão escolar*. *Motricidade*, Santa Cruz do Sul, v. 8, p. 797-802, 2012. Suplemento 2.

HEILBORN, M. L. et al. Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1699-1708, 2012.

- LIMA, L. S.; DIAS, H. Z. J. Saúde mental e violência na adolescência: uma revisão de literatura acerca das implicações na saúde destes jovens. *Revista Barbarói*, n. 40, p. 28-47, 2014.
- LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008.
- LOPEZ, S. B.; MOREIRA, M. C. N. Quando uma proposição não se converte em política? O caso da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes e Jovens-PNAISAJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1179, 2013.
- MELO, A. C. M.; GARCIA, L. P. Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1333-1341, 2017.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Visão ecossistêmica do homicídio. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3269-3278, 2012.
- MINAYO, M. C. S., SOUZA, E. R. (Org.). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- MORENO, R. C.; ALMEIDA, A. M. F. Quando jovens ativistas do hip hop encontram a política partidária. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 5-29, 2017.
- OLIVEIRA, C. S. et al. Criminalidade juvenil e estratégias de (des)confinamento na cidade. *Katálysis*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 53-62, 2006.
- PATIAS, N. D.; GABRIEL, M. R.; DIAS, A. C. G. A família como um dos fatores de risco e de proteção nas situações de gestação e maternidade na adolescência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 586-610, 2013.
- PEREIRA, P. K. et al. Complicações obstétricas, eventos estressantes, violência e depressão durante a gravidez em adolescentes atendidas em unidade básica de saúde. *Revista de Psiquiatria Clínica*, São Paulo, v. 37, n. 5, p. 216-222, 2010.
- QUINTERO, M. D. C. V. Representaciones sociales sobre salud, de algunos grupos de jóvenes de Manizales, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 7, n. 1, p. 105-133, 2009.
- ROJAS CABRERA, E. S. Mortalidad por causas violentas en adolescentes y jóvenes de dos ciudades del Cono Sur: Córdoba (Argentina) y Porto Alegre (Brasil), 1990-2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 29-37, 2015.
- SALATIEL, E. L. et al. Desafios da Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud*, Manizales, v. 15, n. 2, p. 1123-1135, 2017.
- SPÓSITO, M. P. (Coord.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 945-963, 2015.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Caring for children and adolescents with mental disorders*. Setting WHO directions. Genebra, 2003.

Contribuição dos autores

Takeiti e Gonçalves conceberam e delinearão a pesquisa. Oliveira e Elisiario realizaram o levantamento. Takeiti, Gonçalves e Oliveira fizeram a análise, interpretação dos dados, a redação do artigo e a revisão crítica. Todas as autoras aprovaram a versão final do documento.

Recebido: 04/10/2019

Reapresentado: 02/04/2020

Aprovado: 02/06/2020